

NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pela empresa ALLI-BUS TRANSPORTES LTDA., nos termos da Portaria n. 001/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada no Processo de Apuração de Irregularidades nº 0578/2016.

DESPACHO
JULGAMENTO DE RECURSO
TID Nº16348547
Assunto: Processo de Apuração de Irregularidades n. 0587/2016 – Área 04.

I - À vista dos elementos de convicção que instruem o presente processo administrativo, em especial as manifestações da São Paulo Transporte S/A – SPTrans e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, as quais acolho e adoto como razão de decidir, NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pela empresa ALLI-BUS TRANSPORTES LTDA., nos termos da Portaria n. 001/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada no Processo de Apuração de Irregularidades nº 0587/2016.

DESPACHO
JULGAMENTO DE RECURSO
TID Nº16341665
Assunto: Processo de Apuração de Irregularidades n. 0581/2016 – Área 04.

I - À vista dos elementos de convicção que instruem o presente processo administrativo, em especial as manifestações da São Paulo Transporte S/A – SPTrans e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, as quais acolho e adoto como razão de decidir, NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pela empresa ALLI-BUS TRANSPORTES LTDA., nos termos da Portaria n. 001/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada no Processo de Apuração de Irregularidades nº 0581/2016.

DESPACHO
JULGAMENTO DE RECURSO
TID Nº16348518
Assunto: Processo de Apuração de Irregularidades n. 0595/2016 – Área 04.

I - À vista dos elementos de convicção que instruem o presente processo administrativo, em especial as manifestações da São Paulo Transporte S/A – SPTrans e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, as quais acolho e adoto como razão de decidir, NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pela empresa ALLI-BUS TRANSPORTES LTDA., nos termos da Portaria n. 001/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada no Processo de Apuração de Irregularidades nº 0595/2016.

DESPACHO
JULGAMENTO DE RECURSO
TID Nº16348530
Assunto: Processo de Apuração de Irregularidades n. 0585/2016 – Área 04.

I - À vista dos elementos de convicção que instruem o presente processo administrativo, em especial as manifestações da São Paulo Transporte S/A – SPTrans e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, as quais acolho e adoto como razão de decidir, NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pela empresa ALLI-BUS TRANSPORTES LTDA., nos termos da Portaria n. 001/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada no Processo de Apuração de Irregularidades nº 0585/2016.

DESPACHO
JULGAMENTO DE RECURSO
TID Nº16341682
Assunto: Processo de Apuração de Irregularidades n. 0582/2016 – Área 04.

I - À vista dos elementos de convicção que instruem o presente processo administrativo, em especial as manifestações da São Paulo Transporte S/A – SPTrans e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, as quais acolho e adoto como razão de decidir, NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pela empresa ALLI-BUS TRANSPORTES LTDA., nos termos da Portaria n. 001/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada no Processo de Apuração de Irregularidades nº 0582/2016.

DESPACHO
JULGAMENTO DE RECURSO
TID Nº16342409
Assunto: Processo de Apuração de Irregularidades n. 0590/2016 – Área 04.

I - À vista dos elementos de convicção que instruem o presente Processo Administrativo, em especial as manifestações da São Paulo Transporte S/A – SPTRANS e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, as quais acolho e adoto como razão de decidir, NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pela empresa ALLI-BUS TRANSPORTES LTDA., nos termos da Portaria n. 001/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada no Processo de Apuração de Irregularidades nº 0590/2016.

DESPACHO
JULGAMENTO DE RECURSO
TID Nº16637924
Assunto: Aplicação de Penalidade – Processo PAI nº 066/2017.

I - À vista dos elementos de convicção que instruem o presente processo administrativo, em especial as manifestações da São Paulo Transporte S/A – SPTrans e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, as quais acolho e adoto como razão de decidir, NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pelo CONSÓRCIO PLUS, nos termos do da Portaria 01/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada, no Processo de Apuração de Irregularidades nº 066/2017.

DESPACHO
JULGAMENTO DE RECURSO
TID Nº16602513
Assunto: Aplicação de Penalidade – Processo PAI nº 015/2017.

I - À vista dos elementos de convicção que instruem o presente processo administrativo, em especial as manifestações da São Paulo Transporte S/A – SPTrans e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, as quais acolho e adoto como razão de decidir, NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pelo CONSÓRCIO PLUS, nos termos do da Portaria 01/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada, no Processo de Apuração de Irregularidades nº 015/2017.

DESPACHO
JULGAMENTO DE RECURSO
TID Nº16637944
Assunto: Aplicação de Penalidade – Processo PAI nº 068/2017.

I - À vista dos elementos de convicção que instruem o presente processo administrativo, em especial as manifestações da São Paulo Transporte S/A – SPTrans e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, as quais acolho e adoto como razão de decidir, NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pelo CONSÓRCIO PLUS, nos termos do da Portaria 01/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada, no Processo de Apuração de Irregularidades nº 068/2017.

DESPACHO
JULGAMENTO DE RECURSO
TID Nº16609409
Assunto: Aplicação de Penalidade – Processo PAI nº 073/2017.

I - À vista dos elementos de convicção que instruem o presente processo administrativo, em especial as manifestações da São Paulo Transporte S/A – SPTrans e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, as quais acolho e adoto como razão de decidir, NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pelo CONSÓRCIO PLUS, nos termos do da Portaria 01/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada, no Processo de Apuração de Irregularidades nº 073/2017.

DESPACHO
JULGAMENTO DE RECURSO
TID Nº16603581
Assunto: Processo de Apuração de Irregularidades n. 044/2017 – Área 03.

I - À vista dos elementos de convicção que instruem o presente Processo Administrativo, em especial as manifestações da São Paulo Transporte S/A – SPTRANS e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, as quais acolho e adoto como razão de decidir, NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pela empresa VIP TRANSPORTES URBANO LTDA., integrante do CONSÓRCIO PLUS, nos termos da Portaria n. 001/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada no Processo de Apuração de Irregularidades nº 044/2017.

DESPACHO
JULGAMENTO DE RECURSO
TID Nº16603597
Assunto: Processo de Apuração de Irregularidades n. 046/2017 – Área 03.

I - À vista dos elementos de convicção que instruem o presente Processo Administrativo, em especial as manifestações da São Paulo Transporte S/A – SPTRANS e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, as quais acolho e adoto como razão de decidir, NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pela empresa VIP TRANSPORTES URBANO LTDA., integrante do CONSÓRCIO PLUS, nos termos da Portaria n. 001/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada no Processo de Apuração de Irregularidades nº 046/2017.

DESPACHO
JULGAMENTO DE RECURSO
TID Nº16602526
Assunto: Aplicação de Penalidade – Processo PAI nº 017/2017.

I - À vista dos elementos de convicção que instruem o presente processo administrativo, em especial as manifestações da São Paulo Transporte S/A – SPTrans e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, as quais acolho e adoto como razão de decidir, NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pelo CONSÓRCIO PLUS, nos termos do da Portaria 01/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada, no Processo de Apuração de Irregularidades nº 017/2016.

DESPACHO
JULGAMENTO DE RECURSO
TID Nº16609517
Assunto: Processo de Apuração de Irregularidades n. 039/2017 – Área 03.

I - À vista dos elementos de convicção que instruem o presente Processo Administrativo, em especial as manifestações da São Paulo Transporte S/A – SPTRANS e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, as quais acolho e adoto como razão de decidir, NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pelo CONSÓRCIO PLUS, nos termos da Portaria 01/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada no Processo de Apuração de Irregularidades nº 039/2017.

DESPACHO
JULGAMENTO DE RECURSO
TID Nº16625638
Assunto: Processo de Apuração de Irregularidades n. 095/2017 – Área 03.

I - À vista dos elementos de convicção que instruem o presente Processo Administrativo, em especial as manifestações da São Paulo Transporte S/A – SPTRANS e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, as quais acolho e adoto como razão de decidir, NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pelo CONSÓRCIO PLUS, nos termos da Portaria 01/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada no Processo de Apuração de Irregularidades nº 095/2017.

DESPACHO
JULGAMENTO DE RECURSO
TID Nº16625539
Assunto: Processo de Apuração de Irregularidades n. 0787/2016 – Área 03.

I - À vista dos elementos de convicção que instruem o presente Processo Administrativo, em especial as manifestações da São Paulo Transporte S/A – SPTRANS e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, as quais acolho e adoto como razão de decidir, NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pelo CONSÓRCIO PLUS, nos termos da Portaria 01/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada no Processo de Apuração de Irregularidades nº 0787/2016.

DESPACHO
JULGAMENTO DE RECURSO
TID Nº16621102
Assunto: Processo de Apuração de Irregularidades n. 0135/2017 – Área 07.

I - À vista dos elementos de convicção que instruem o presente Processo Administrativo, em especial as manifestações da São Paulo Transporte S/A – SPTRANS e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, as quais acolho e adoto como razão de decidir, NEGO PROVIMENTO ao recurso formulado pelo CONSÓRCIO SETE, nos termos da Portaria n. 001/13-SMT.GAB, e mantenho a penalidade aplicada no Processo de Apuração de Irregularidades nº 0135/2017.

VERDE E MEIO AMBIENTE

GABINETE DO SECRETÁRIO

SEI 6027.2017/0000342-2
ASSOCIAÇÃO CITIESPERANÇA e SVMA - Doação – Incorporação patrimonial do bem

I - À vista da competência que me foi delegada pelo inciso IX, do artigo 1º, do Decreto n.º 19.512 de 20/03/1984, artigo 1º do Decreto nº 40.384, de 03/04/01, artigo 5º do Decreto nº 50.733/09 de 14/07/2009 e Portaria nº 090/SVMA/2016, bem como dos elementos e das manifestações contidas no presente, **AUTORIZO** o recebimento, sem quaisquer ônus ou encargos à Municipalidade, de 05 (cinco) ROCADEIRAS TIPO STIHL FS 290 e 04 (quatro) PERFURADORES TIPO STIHL BT 230, descrito no documento juntado SEI 3069987 e 3727433, doado por ASSO-CIAÇÃO CITIESPERANÇA - CPNJ 07.430.353/0001-70, no valor total de R\$ 24.391,01 (vinte e quatro mil trezentos e noventa e um reais e um centavo).

SERVIÇOS E OBRAS

GABINETE DO SECRETÁRIO

2014-0.345.784-7
Int.: LEMAM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.
Ref.: Execução de obras e serviços para construção de Centros de Educação Infantil – CEI, com estrutura em concreto armado pré-moldado, agrupados no lote 03.
Ass.: Renegociação de Contrato - Contrato nº 150/SIURB/2014

DESPACHO: À vista dos elementos constantes do presente, em especial a manifestação exarada pelo Departamento de Edificações - EDIF às fls. 623/625 e da ATAJ às fls. retro, AUTORIZO o Aditamento no contrato acima citado, para fazer constar que a empresa LEMAM Construções e Comércio Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 04.002.395/0001-12, concordou com a substituição do Índice de Reajuste nos moldes do Decreto nº 57.580/17, conforme informado às fls. 569/572.

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

PUBLICAÇÃO POR OMISSÃO – P.A Nº 2015-0.206.750-8

Construmedici Engenharia e Comércio Ltda.
Prorrogação do prazo de vigência Contratual - Contrato nº 044/SIURB/15 - Execução dos serviços e obras relativos à construção de Centros de Educação Infantil – CEI e Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI com estrutura em concreto armado pré-moldado – Agrupadas em 2 (dois) lotes – Lote 02.

DESPACHO: À vista dos elementos constantes destes autos, em especial da manifestação da unidade gestora do ajuste em epígrafe às fls. 362 a 363, bem como da ATAJ às fls. retro, que acolho, com fundamento artigo 57, §1º inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 044/SIURB/15, celebrado com a empresa Construmedici Engenharia e Comércio Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.044.392/0001-91, tendo por escopo a execução dos serviços e obras relativos à construção de Centros de Educação Infantil – CEI e Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI com estrutura em concreto armado pré-moldado – Agrupadas em 2 (dois) lotes – Lote 02, prorrogação essa, por mais 12 (doze) meses, a partir de 31/07/2017.

2013-0.149.472-7
Int.: Planova Planejamento e Construções S.A
Ass.: Prorrogação de Prazo, Aditivo de Valor e Reti-Ratificação do T.A

Ref.: Contrato nº 143/SIURB/14 – Execução de serviços e obras para construção do Hospital Municipal de Parelheiros, localizado na Rua Euzébio Coghi x Rua Cacoal.
DESPACHO: Em face dos elementos constantes destes autos, especialmente da manifestação da ATAJ às fls. retro, que acolho, com fundamento na Lei nº 13.278/02 e de acordo com o artigo 57, § 1º, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e artigo 65, I, “b” do mesmo diploma legal, que regem o Contrato no 143/SIURB/14, celebrado com a empresa Planova Planejamento e Construções S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.383.971/0001-21, AUTORIZO a prorrogação do prazo de execução notificada às fls. 7.350/7.353, prorrogação essa, por mais 60 (sessenta) dias corridos, a partir de 01/01/2018. Ademais, AUTORIZO a alteração contratual de forma a crescer o valor do contrato no montante de R\$ 11.928.977,39 (onze milhões, novecentos e vinte e oito mil, novecentos e setenta e sete reais e trinta e nove centavos), passando de R\$ 170.144.279,11 para R\$ 182.073.256,50, que corresponde a um acréscimo de 24,99967% em relação ao valor original contratado.
APROVO os preços extracontratuais elaborados por EDIF2 às fls. 7356 à 7443.

Outrossim, AUTORIZO a rerratificação do T.A nº 005/143/SIURB/14/2017, de fls. 7252/7253, para fazer constar na cláusula 1.1 do referido termo o seguinte texto: “Prorrogação do prazo de execução por mais 210 (duzentos e dez) dias corridos”, ratificados os demais termos.

ATA DA SESSÃO DE ANÁLISE DE IMPUGNAÇÕES CONCORRÊNCIA Nº 002/17/SMSO
PROCESSO N.º 2015-0.339.767-6
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE: SERVIÇOS GE-RAIS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES DE SEGUNDO ESCALÃO, DE ACORDO COM O DECRETO Nº 29.929/91 E ALTERAÇÕES POSTE-RIORES, EM PRÓPRIOS MUNICIPAIS, E EM LOCAIS ONDE A EXECUÇÃO DESTES SERVIÇOS SEJAM DE RESPONSABILIDADE DA MUNICIPALIDADE DE SÃO PAULO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE PRIMEIRA LINHA E MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA.

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesete, às 17:00 horas, na Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Serviços e Obras - SMSO, reuniram-se membros da Comissão Especial de Licitação - CEL ao final nomeados, instituída pelas Portarias nº 015/SMSO/2017 e 034/SMSO/2017, a seguir designada Comissão, para análise das impugnações ao Edital de Concorrência nº 002/17/SMSO, que visa o Registro de Preços para a prestação de serviços gerais de manutenção preventiva, correção, reparações, adaptações e modificações, de acordo com o Decreto nº 29.929/91 e alterações posteriores, em próprios municipais, e em locais onde a execução destes serviços seja de responsabilidade da Municipalidade de São Paulo, com o fornecimento de materiais de primeira linha e mão-de-obra especializada, apresentadas pelas empresas a seguir relacionadas: 1) TRANSVIAS CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA. - Resumo das Razões de Impugnação: a) Vedação da participação de empresas reunidas em consórcio; b) Ilegalidade na exigência da comprovação técnica operacional, mediante a comprovação de execução pretérita de 21 edificações diferentes, o que é vedado pelo artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93; c) alegou que cada uma das edificações elencadas no item 5.2.6 do edital dispõe de características distintas, de modo que, inclui-las em único certame, tem o condão de limitar a competitividade, uma vez que o objeto é divisível; e d) alegou que o item 5.2.9 é restritivo na medida em que somente os atestados em grau de igualdade com o objeto da licitação serão considerados; 2) WILTON AQUINO DE MENESES – ME (AM ENGENHARIA CIVIL) - Resumo das Razões de Impugnação: a) Ofensa ao artigo 30, §§ 2º e 5º, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução 10/2016 do TCE-SP; e b) Ilegalidade na exigência de experiência anterior em itens secundários de mínima ou nenhuma relevância ao objeto do edital (item 5.2.6, alíneas “f”, “g” e “h”); 3) SENAL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO EIRELI - Resumo das Razões de Impugnação: a) Alegou que a CPL brincou de cumprir as alterações do item 5.2.4, diminuindo, simbolicamente a exigência de 25 para 21 edificações, mas que, porém, manteve a exigência de cumprimento simultâneo de 25 edificações; b) Alegou a vedação de exigência de comprovação de obras e serviços em edificações específicas; c) Alegou o uso de tabelas revogadas no presente certame; d) Alegou ofensa aos princípios da legalidade, publicidade, isonomia e moralidade: d.1) não há razão para o edital estipular que nenhuma ordem de serviço poderá ser inferior a R\$ 80.000,00, nem superior a R\$ 1.500.000,00; d.2.) Alegou ser um absurdo que o orçamento seja elaborado pela empresa detentora da Ata; d.3) alegou que os itens 5.2 e 5.4 do Anexo III autoriza o aditamento de 100% da Ordem de Serviço; d.4) Alegou ser um absurdo o disposto no item 1.6 do Anexo III, que determina que a detentora aceite uma OS para cada próprio ou equipamento existente dentro de um único endereço; e) Alegou a necessidade de realização de audiência pública; f) Falta de estimativa de consumo; g) Impossibilidade de utilização do sistema de registro de preços para obras de engenharia; h) descumprimento ao artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93; i) necessidade de exclusão de itens de serviços e obras de engenharia nos preços a serem registrados ; j) necessidade de adotar nova tabela para serviços de infraestrutura urbana ; k) ilegalidades nas exigências para sub-contratação; e l) impedimento de participação de microempresas e empresa de pequeno porte; e 4) SKJ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - Resumo das Razões de Impugnação: a) Os vários questionamentos da consulta pública não foram respondidos objetivamente; b) Violação ao Decreto Municipal nº 56.144/2015: b.1) Ilegalidade quanto à ausência de especificação ou descrição do objeto; b.2) Ilegalidade quanto à ausência de estimativa de quantidades a serem adquiridas; b.3) Ilegalidade quanto à ausência das condições de fornecimento ou da prestação do serviço em especial quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento; c) Ilegalidade pela violação da Lei nº 8.666/93 e consequentes restrições à competitividade e isonomia; d) descumprimento do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93 (o edital não permite a possibilidade de qualificação técnica mediante a apresentação de atestado com grau de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às

exigências contidas no item 5.2.6 do Edital); e) O Edital omite os serviços de maior relevância (itens 7.3.5 e 7.3.5.2 do Edital); f) Ilegalidades quanto ao prosseguimento do Edital após a suspensão do Tribunal de Contas do Município; e g) Falta de publicidade às informações do Edital. AS IMPUGNAÇÕES SÃO TEMPESTIVAS e encontram-se devidamente acompanhadas do comprovante de recolhimento do preço público estabelecido para impugnar. Constata-se a regularidade de representação das empresas WILTON AQUINO DE MENESES – ME (após consulta ao sítio da RFB, constatou-se tratar de empresário individual), SENAL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO EIRELI., e SKJ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, razão pela qual, as impugnações devem ser conhecidas. Quanto à empresa TRANSVIAS CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA, é de se ressaltar que a impugnação não veio acompanhada de documentos comprovando a regularidade de representação, não sendo permitido, pelos elementos constantes na petição de impugnação, saber se o subscritor é detentor de poderes para o ato que está praticando, bem como para representar a empresa. Assim, do ponto de vista formal, a impugnação não está correta, uma vez que ausente requisito legal para conhecimento do recurso: irregularidade de representação, por falta de documentação do subscritor da mencionada petição. Por estes fundamentos, entendemos que a impugnação não pode ser conhecida pela Administração. Todavia, considerando-se que a decisão a ser proferida não pode piorar a situação das impugnantes no certame, e atentando para o que dispõe o artigo 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal (direito de petição), entende-se que as impugnações devem ser respondidas a título de esclarecimento, eis que os demais requisitos legais estão presentes. Superada esta questão, quanto ao MÉRITO não há como acolher as impugnações, pelos argumentos a seguir expostos: 1) TRANSVIAS CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA: a) DA SUPOSTA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO: Quanto à proibição de participação de empresas reunidas em consórcio, cabem os seguintes comentários: O número elevado de consorciadas sobrecarrega a fiscalização da Administração. Por esta razão, o Edital não permitiu a reunião em forma de consórcio. As Atas de Registro de Preços poderão ser utilizadas por todos os órgãos, todavia, o gerenciamento das Atas será realizado pela SMSO, sendo, praticamente, impossível a fiscalização por parte da Administração, principalmente no que tange à imputação de responsabilidades. É sabido que a opção pela admissão ou não da participação de empresas associadas em consórcio está inserida no âmbito da discricionariedade conferida à Administração Pública, a quem cabe avaliar a viabilidade de consorciamento em cada caso concreto, seguindo seu juízo de conveniência e oportunidade, nos termos previstos no art. 33 da Lei no 8.666/93. O doutrinador Marçal Justen Filho aborda com clareza os fatores que devem ser considerados nessa decisão (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª Edição, São Paulo: Dialética, 2010. p. 497): “O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas. Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto. Como toda decisão exercitada em virtude de competência discricionária, admite-se controle relativamente à compatibilidade entre os motivos e a realidade e no tocante à adequação proporcional entre os meios e os resultados pretendidos.” (grifos nossos). Tal qual na citada lição de Marçal Justen Filho, a SMSO, ao analisar as características do objeto licitado, ponderou, caso a participação de empresas consorciadas no certame, os riscos decorrentes da contratação de um consórcio. A SMSO considerou todos os fatores vivenciados cotidianamente pela Administração na gestão de contratos com essa configuração. Um exemplo disso é a necessidade de verificação permanente de que todas as consorciadas estejam adimplentes com as obrigações contratuais, inclusive no tocante à manutenção das condições de habilitação ao longo de toda a execução do contrato. Afinal, é necessário que o faturamento seja realizado em nome e na proporção da participação de cada consorciada (art. 4o, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil no 1.199/2011). Outra questão levada em conta diz respeito ao fato de que a fiscalização de um contrato com múltiplos participantes associados em forma de consórcio representa um grande desafio para a Administração, além de potencializar o risco de fragmentação de responsabilidades. Igualmente, a associação de empresas de forma indiscriminada pode vir a gerar situações em que haja conflito de interesses entres as próprias parceiras, situação essa que igualmente não colabora para que se alcance o atendimento ao almejado interesse público. Uma vez considerados todos esses fatores, concluiu-se pela proibição da participação de consórcios; b) DAS RAZÕES PARA AS EXIGÊNCIAS DE NATUREZA TÉCNICA E DO SUPOSTO DESCUMPRIMENTO AO ARTIGO 30 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, e suposta restritividade do item 5.2.9 do Edital. Primeiramente, há de se esclarecer que o Edital em nenhum momento excluiu a similiaridade prevista no artigo 30, §3º da Lei Federal nº 8.666/93. Com relação às exigências relativas à Qualificação Técnica das empresas, esclarecemos que, no mandato de segurança impetrado pela empresa FM RODRIGUES & CIA LTDA, autos nº 1540/06, 12ª Vara da Fazenda Pública desta Capital, por ocasião da realização da Concorrência nº C11/EDIF/SIURB/05, foi proferida sentença, entendendo que a exigência de quantidades de atestados (comprovação de atividades com um numero mínimo de atestados), feita pela Administração no procedimento ali tratado foi correta, de acordo com a lei. O trecho transcrito a seguir é esclarecedor a respeito do assunto: “O edital, denominado por muitos como a ‘lei interna’ da licitação, é o ato pela qual a Administração faz público o seu propósito de licitar um determinado objeto, fixando os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas, regulando os critérios de julgamento e regras do futuro contrato a ser firmado. No caso, o edital da concorrência pública estabelece em seu item 5.2.4 que a concorrente deve comprovar, por meio de atestados acompanhados de Acervo Técnico – CAT expedido pelo CREA ou CONFEA, o desempenho de 15 edificações em locais diferentes e em qualquer época, devendo sete (07) atender ao subitem 1, duas (02) ao subitem 2, uma (01), ao subitem 3, uma (01) ao subitem 4, uma (01) ao subitem 5 e, pelo menos três(03) aos subitens 6 a 10 do item 5.2.6. O item 5.2.6 descreve vários tipos de obras e reformas em diversos estabelecimentos (creches, escolas, unidades básicas de saúde - UBS, hospitais e pronto-socorros, cabine primária, para-raios, piscina, teatro ou auditório, mercado ou sacolão, terminal de ônibus e unidades habitacionais de interesse social. Aduz a impetrante que cumpriu todos os subitens exigidos, apresentando até documentos além do necessário, tendo sido indevidamente inabilitada, importando em violação ao § 3º do art. 30 da Lei 8.666/93, que expressamente admite a “comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional, equivalente ou superior”. Pois bem, quanto ao subitem 1, do item 5.2.6, a impetrante trouxe quatro (04) atestados de execução de obra de maior complexidade que o exigido no edital, demonstrando que efetivamente construiu creches e escolas, porém, os demais atestados apresentados ou não guardam correlação com o objeto (construção de praças e parques e outros), ou, embora se referissem à reforma de grupo escolar, não trouxe a discriminação dos serviços executados, tal como exigido no edital, portanto, não comprovou ter cumprido o referido item editalício. (...) Quanto ao subitem 3, a impetrante não logrou cumpri-lo, eis que posto de saúde e hospital não é similar a ambulatório médico, não podendo o atestado ser considerado para esta finalidade. O subitem 4 também não foi cumprido, eis que as obras em que ocorreram a manutenção e/ou reforma de cabines não foram objeto principal das contratações e não ficaram demonstra-